

Mérito e mito da democracia racial: uma condição de (sobre)vivência da supremacia branca à brasileira

WILLAMYS DA COSTA MELO*
LIA VAINER SCHUCMAN**

Resumo: A proposta deste ensaio é compreender quais os mecanismos ideológicos que alicerçam a supremacia branca à brasileira. Tem-se como hipótese central que tanto a ideia de mérito como o mito da democracia racial difundidos no tecido social brasileiro sustentam as relações de poder que possibilitam a existência da supremacia branca nas particularidades brasileiras sem que esta seja reconhecida como tal. Para esta argumentação, a construção social da ideia de mérito é apresentada e, posteriormente, são traçadas breves reflexões acerca de como a supremacia branca à brasileira se sustenta através do ideal de igualdade de oportunidades disseminado através do mito da democracia racial ainda vigente em nossa sociedade.

Palavras-chave: Meritocracia; Branquitude; Racismo; Desigualdade Racial.

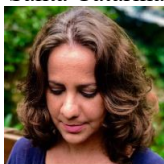
Meritocracy and the myth of racial democracy: maintaining white brazilian supremacy

Abstract: The purpose of this essay is to understand the ideological mechanisms that underpinned white supremacy to the Brazilian. We have as a central hypothesis that both the idea of merit and the myth of racial democracy disseminated in the Brazilian social fabric sustain the power relations that make possible the existence of white supremacy in Brazil without it being recognized as such. For this argument, we present the social construction of the ideal of merit and, later, we will draw brief reflections on white supremacy to Brazilian and the myth of racial democracy still in force in our society.

Key words: Meritocracy; Whiteness; Racism; Racial Inequality.



* WILLAMYS DA COSTA MELO é mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC).



** LIA VAINER SCHUCMAN é Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo; professora adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

Qual a lógica que rege o fato de que em um país em que 54% da população se declare negra, os lugares de poder estejam ocupados em sua quase totalidade por pessoas brancas? Que mecanismos ideológicos estão em jogo para assegurar aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso seja encarado como privilégio racial? Quais as crenças e discursos que sujeitos brancos produzem e reproduzem para que sejam beneficiados na estrutura social e, ao mesmo tempo, desresponsabilizem-se e se isentem dos problemas advindos da injustiça social que afetam aos negros e indígenas em nosso país?

A partir de tais questões, é possível construir, para fins argumentativos, uma cena hipotética. Imaginemos que, em uma reunião do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, os/as docentes fossem questionados/as: “como você chegou até aqui?”. Supõe-se, nesta cena, que a maioria das respostas giraria em torno de asserções como: “Estudei muito”, “Tive uma boa formação e me esforcei”, “Sempre quis ser professor da USP então lutei muito para isso”, ou seja, de enunciados que remetessem às qualidades individuais de seus/suas emissores/as. Em outras palavras, na suposição que ora produzimos, pouquíssimas respostas mencionariam o fato de que os/as professores/as em questão são brancos/as e que isso facilitou sua inserção nos postos mais altos da carreira universitária.

Continuando o argumento: se perguntássemos para o mesmo grupo qual a explicação para que, entre os 5.820 professores daquela universidade, apenas 2% esteja entre o grupo de pardos e pretos, é bem possível que muitos respondessem que a causa para

tal desproporcionalidade seja o racismo estrutural, o legado da escravidão e muitas outras respostas associadas às desigualdades raciais. Dessa forma, cabe-nos perguntar quais são os discursos e narrativas que sustentam a possibilidade de que ao mesmo tempo em que se reconheça o racismo para justificar as desvantagens que atingem aos negros e indígenas de nossa sociedade, por outro lado não seja reconhecido que os lugares de prestígios ocupados por cada branco/a também estejam associados à pertença racial.

Desse modo, este ensaio tem como objetivo refletir a forma pela qual a ideologia do mérito e o mito da democracia racial constroem e sustentam o que nomeamos aqui como supremacia branca à brasileira. Para tanto faremos, na primeira seção, uma revisão crítica do mito da democracia racial; na segunda seção, dialogaremos com a relação entre meritocracia e pigmentação. Por fim, na terceira seção, discutiremos sobre a supremacia branca à luz da meritocracia e do mito da democracia racial.

O ideal de oportunidades iguais disseminado pelo mito da democracia racial

Ainda que todas as evidências apontem o racismo como explicação mais sólida para as desigualdades raciais, o racismo brasileiro tem a especificidade de, em maior ou menor grau, ser camuflado pelo mito da democracia racial. A ideologia da democracia racial tem raízes muito anteriores a 1930. A expressão, entretanto, aparece pela primeira vez, de acordo com Antônio Sérgio Guimarães (2019), em um artigo de Roger Bastide publicado no *Diário de São Paulo*, em 1944, no qual eram usados os termos “democracia social” e “racial” para descrever a ausência de distinções rígidas entre brancos e

negros. Antônio Sérgio Guimarães aponta também que a expressão evoca essencialmente dois significados: o primeiro subentende que todos os grupos raciais vivem na mais perfeita harmonia, enquanto o segundo remete, no mínimo, a um ideal de igualdade de direitos, e não apenas de expressão cultural e artística.

O ideal de “democracia racial” faz parte do imaginário brasileiro e constrói um senso de identidade nacional do qual os brasileiros, em sua maioria, não abrem mão. Hasenbalg (1979) aponta que o conceito de democracia racial é uma arma ideológica produzida por intelectuais das elites dominantes brancas, destinada a socializar a população brasileira de brancos e não brancos como iguais, evitando, assim, um conflito racial no Brasil.

No Brasil, um dos pontos que fundamentou esse mito é o fato de que, em uma parcela da população, a miscigenação foi exaltada. Contudo, essa justificativa esconde as formas históricas e ideológicas em que a miscigenação brasileira se sustenta, uma estratégia política e racista de tentar embranquecer a população brasileira e uma ideia sobretudo incentivada com a vinda de imigrantes europeus.

Dessa forma, a miscigenação configurou um evento político eugenista e racista com vistas a homogeneizar, embranquecer e elaborar a identidade nacional do povo brasileiro. Os mestiços eram tidos como seres inferiores, degenerados e estéreis, concepção esta que foi fundada pela racilogia (MUNANGA, 2019). Nesses termos, historicamente o Brasil se tornava uma sociedade supremacista branca ancorada na ideia de miscigenar as raças, uma vez que tal política visava clarear fenotipicamente a nação, ainda que seus membros se mantivessem

genotipicamente mestiços (MUNANGA, 2019). Na asserção de Miranda (2017, p. 56): “Nascer e crescer sob tal mito confere ao branco um padrão de normalidade para aquilo que os não brancos apontam como privilégios”.

Tem-se, tal como visto na breve exposição, que o ideal propagado pelo mito da democracia racial tem a função de socializar a ideia de que o Brasil oportuniza igualdade de direitos e oportunidades para os diferentes grupos raciais. Tendo isso em conta, passamos, na próxima seção à vinculação entre meritocracia e desigualdade racial.

Meritocracia e pigmentação: a função do mérito na construção da desigualdade racial

A palavra “mérito”, de acordo com o dicionário Houaiss (2012), é sinônima de “merecimento”, por sua vez descrita como: “capacidade: aptidão, engenho, competência, dom, dote, idoneidade, inteligência, saber e talento; inaptidão, incapacidade e incompetência” (HOUAISS, 2012, p. 551). A enunciação do termo é cada vez mais constante no cenário brasileiro. Ainda que partamos do senso comum do item lexical dicionarizado, é importante perceber aqui como o mérito é visto como uma característica dos seres humanos, habilidades individuais, algo inato e/ou desenvolvido ao longo do tempo, enquanto a meritocracia é um sistema ideológico (im)posto nas sociedades, cabendo a cada pessoa receber recompensas a partir do seu esforço (MCNAMEE; MILLER JR, 2014).

A ideologia é entendida, aqui, como: “Uma das formas da *praxis* social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de

ideias ou representações sobre a realidade” (CHAUÍ, 2014, p. 41). Ou seja, a meritocracia emerge aqui como uma representação ideológica que paira no tecido social brasileiro, encabeçada, sobretudo, pelo sistema dominante vigente. Etimologicamente, é possível remontar o termo meritocracia à aglutinação do radical ao latim *mereo* (“ser digno”, “merecer”, “obter”); e ao radical do grego antigo *kratos* (“força”, “poder”). Sem buscar tecer uma análise exaustiva do vocábulo, é possível afirmar que sua significação política estabelece uma lógica direta entre mérito e poder, meritocracia e hierarquização. Dessa maneira, para aqueles/as sob os quais tal ideologia incide, a desigualdade é justificada e legitimada como justa, pois partiríamos do mesmo lugar para obter nossos objetivos, e o gesto de fazê-lo corresponderia ao mérito individual (MCNAMEE; MILLER JR, 2014). Vale apontar mais uma definição de meritocracia, consoante Maia (2017, p. 97):

A meritocracia – desenvolvida no âmbito do modelo individualista ocidental –, é uma perspectiva de acordo com a qual o indivíduo ocupa uma determinada posição na hierarquia social devido ao seu próprio mérito, ou vontade e capacidade individuais. Tal perspectiva negligencia a relação dos indivíduos com seu grupo social, e torna apenas coincidente o sucesso individual e o fato de o vencedor pertencer a camadas privilegiadas da população, com acesso a bens materiais e simbólicos que são negados à maioria da população.

Em 1956, Alan Fox, sociólogo inglês, empregou pela primeira vez o termo meritocracia em uma publicação feita em uma revista inglesa criticando o processo seletivo de empresas que

contratavam com base na “inteligência” e no “talento”, partindo do pressuposto da existência de igualdade de oportunidades, o que só aprofundava as desigualdades e mazelas daquela época (BOARELLI, 2019). Dois anos após a primeira aparição do termo, Michael Young, político e ativista social britânico do Partido Trabalhista, publicou *The rise of Meritocracy* (A ascensão da meritocracia) (1958), que se tornou um *best-seller*. Mendes (2018) descreve *The Rise of Meritocracy* como uma sátira que produz uma projeção futura da Grã-Bretanha de 1958, caso continuasse o seu sistema meritocrático nas escolas do país, levando a uma hierarquização social profunda. Nesse sentido, é importante notar como rói a narrativa de Young a responsável pela popularização do termo.

Retornando ao caso brasileiro, Filho *et al.* (2006) aponta como, no Brasil, a meritocracia alicerça diversas instituições, tais como: critérios de avaliação escolar, vagas de emprego e cargos em templos religiosos. Almeida (2019, p. 51), por sua vez, descreve-a da seguinte forma:

A meritocracia se manifesta por meio de mecanismos institucionais, como os processos seletivos das universidades e os concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade, heterossexualidade e cisnormatividade. Completam o conjunto de mecanismos institucionais meritocráticos os meios de comunicação – com a difusão de padrões culturais e

estéticos ligados a grupos racialmente dominantes – e o sistema carcerário, cujo pretensão objetivo de contenção da criminalidade é, na verdade, controle da pobreza e, mais especificamente, controle racial da pobreza.

Nosso argumento é que, no discurso brasileiro, as ideologias do mérito e do racismo andam lado a lado. Em outras palavras: “No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia” (ALMEIDA, 2019, p. 52). Nesse sentido, a meritocracia aplicada injustamente no seio da sociedade brasileira coligada ao racismo passa, então, a alocar posições de poder hierárquicas que visam monopolizar o aparato social, político e econômico.

Atualmente, a meritocracia está estritamente ligada à concepção neoliberal que, por sua vez, está centrada no individualismo, caracterizando, portanto, o mérito enquanto uma ação individual (SILVA, 2017; BÉHAR, 2019). A partir da década de 1970, a ideologia neoliberal consolida-se como um sistema político e econômico, preconizando a privatização do serviço público e, como já dito, incentivando o individualismo numa sociedade marcada por sérias desigualdades (VIANA; SILVA, 2018). De forma recíproca, a meritocracia baseada na premissa de sucesso individual se retroalimenta desse sistema vigente, produzindo a responsabilização dos sujeitos por aspectos de sua vida que concernem à estrutura social e estimulando a competitividade. (VIANA; SILVA, 2018). É assim que cada um passa a responder por seu próprio declínio ou ascensão.

A crítica que este texto perfila diz respeito à continua dispersão da meritocracia e da prerrogativa do mérito sem que seja analisada criticamente a lógica excludente, desigual, assimétrica e racista de nosso país. Nesse sentido, as seguintes questões podem ser formuladas: quais foram os sujeitos que se beneficiaram e continuam se beneficiando da ideia de mérito? E quem são aqueles/as que acabam socialmente excluídos pelo funcionamento da crença na meritocracia? Enunciados bastante cotidianos como “basta você querer que você consegue”, dispersos irrefletidamente pelo tecido social, deflagram o funcionamento de uma trama discursiva e ideológica que naturaliza as desigualdades existentes e apaga a lógica supremacista branca. É sobre essa lógica que a próxima seção reflete.

Breve reflexões sobre a supremacia branca

Partimos da seguinte asserção de Fanon (1965, p. 47):

A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados, fazem com que, por uma justa inversão das coisas, o colonizado os escarneça quando se evocam na sua presença esses valores.

A supremacia branca é o resultado da dominação colonial e da reprodução desta na contemporaneidade, e precisa ser entendida em âmbito global, como a manutenção dos recursos econômicos, das decisões políticas, da indústria cultural, do sistema de justiça e do controle sobre estes nas mãos de indivíduos brancos. Assim, entendemos que a supremacia branca se trata da

exploração e da ideia de superioridade racial das relações cotidianas, privilegiando apenas as pessoas de seu grupo racial em detrimento de todos os demais e acarretando, assim, em ganhos materiais e simbólicos para esse grupo (ALMEIDA, 2019).

A incidência do privilégio branco reverbera nas relações cotidianas, de forma que a pessoa reconhecida como branca começa a usufruir de ganhos a partir dessa brancura. É fácil constatar as diferenças do tratamento dado a brancos e negros em nossa sociedade, basta olhar para o cotidiano e perguntar: Quantos brancos são diariamente perseguidos dentro de um shopping center por serem confundidos com um ladrão? Quantas pessoas brancas são vistas serem paradas diariamente numa abordagem policial no meio da rua? Ou já foram rechaçadas e humilhadas em virtude de sua cor? Privilégio branco é ser bem recebido/a em todos os espaços só por ser branco/a. Como afirma o teórico Zeus Leonardo (2004, p. 137, tradução nossa):

O privilégio é concedido mesmo sem o reconhecimento de um sujeito de que a vida é um pouco mais fácil para ele. O privilégio também é concedido apesar da tentativa do sujeito de se desidentificar com a raça branca.

Ainda que o sujeito branco tente renunciar à sua brancura, isso não é possível. Há todo um sistema hierárquico de poder que alimenta cotidianamente os aspectos da brancura. Contudo, quem são as pessoas que alimentam esse sistema de dominação? Como esse sistema se perpetua dia após dia? Por que essas vantagens são compartilhadas somente com pessoas do mesmo grupo racial, isto é, brancos? Se o sistema beneficia pessoas brancas é justamente porque o grupo que tem

controle e regula esse sistema é o grupo racial branco. Retomamos Zeus Leonardo (2004, p. 138, tradução nossa), que elucida:

O discurso sobre privilégio vem com a infeliz consequência de mascarar a história, ofuscando os agentes de dominação e removendo as ações que deixam claro quem está fazendo o quê e a quem. Em vez de enfatizar o processo de apropriação, o discurso do privilégio centra a discussão nas vantagens que os brancos recebem. Ele confunde os sintomas com as causas. Vantagens raciais podem ser explicadas por meio de uma história mais primária de exclusões e práticas ideológicas.

Diante disso, é essencial definir privilégio branco e diferencia-lo de supremacia branca, mesmo que ambos sejam relacionais e se tratam de diferentes prismas da branquitude. O privilégio branco é fruto dos episódios de racismo cotidiano, tendo-se que vantagens são construídas e concedidas sob a égide do racismo. Por outro lado, a supremacia branca refere-se à lógica de dominação, hierarquização e controle dos sistemas de poder, ocupando-se, então, de moldar o mundo a partir dos interesses de pessoas brancas, administrando todos os recursos materiais e simbólicos e apenas distribuindo-o entre pessoas brancas (GILLBORN, 2015).

A hegemonia racial branca vem sendo construída ao longo dos últimos séculos através da manutenção do poder de setores políticos, econômicos, judiciário, educacional, entre outros, com medidas que visem beneficiar injustamente pessoas de cor branca em detrimento de pessoas não brancas (LEONARDO, 2004). A distribuição de recursos de apenas entre o próprio grupo racial branco assegura privilégios

raciais com base no racismo e manipulam a supremacia branca em todas as esferas sociais.

Vejamos alguns dados: em 2021, de acordo com o jornal O Globo¹, dos 228 militares do alto escalão da força aérea apenas três se consideram pretos. É interessante, ainda, resgatar uma cena que ocorreu durante a atual pandemia de Sars-CoV-2: o presidente Jair Messias Bolsonaro participou de um almoço com várias empresárias, juntamente de Tereza Cristina (Ministra da Agricultura), Damares Alves (Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), Flávia Arruda (Secretária de Governo), Karim Miskulin (Empresária), Paulo Guedes (Ministro da Economia), Tarcísio de Freitas (Ministro da Infraestrutura), Ricardo Salles (Secretário do Meio Ambiente), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), João Roma (Ministro da Cidadania), Luiz Eduardo Ramos (Chefe da Casa Civil) e Fábio Faria (Ministro das Comunicações). Sobre a imagem em questão²: por fim posaram para uma foto onde vê-se quase todos/as sem máscara. O que todas essas pessoas na imagem têm em comum? Todas são brancas e ocupam o ápice da representação de poder numa sociedade. São pessoas que articulam toda a pirâmide social.

Ambos os documentos jornalísticos mencionados acima nos mostram como cargos de poder são exclusivos para pessoas brancas sem que isso seja nomeado como hierarquia racial. Não

obstante, uma matéria da Folha³ mostra que, de 2012 em diante, na lista da Forbes, todas as pessoas que figuram como bilionárias são brancas, em sua homogeneidade homens. Rememoremos, novamente, Leonardo (2004, p. 143, tradução nossa), que diz: “[...] a dominação branca nunca é resolvida de uma vez por todas; é constantemente restabelecida e reconstruída por brancos *em todas as esferas da vida*”.

O fundamento imperialista e antropocêntrico da supremacia branca é colocado em prática a partir de decisões, ideias, cargos de poder e domínio de todo aparato social, político e econômico que rege a sociedade, fomentando caminhos mais curtos para que brancos e brancas venham a usufruir de privilégios, controlar a vida de pessoas não brancas e (re)afirmar a figura do branco.

Bem como, a branquitude é o resultado da potência colonial europeia e precisa ser entendida em âmbito global, alimentando cada vez mais a ideologia de supremacia branca em todos os países (FRANKENBERG, 1995). Segundo Laborne (2017, p. 80): “A branquitude funcionaria como privilégio racial sustentando a chamada supremacia branca, responsável pela dominação de outros grupos raciais”. Logo, a supremacia branca é incumbida pela construção de valores e significados que elaboram o espectro da branquitude.

Assim sendo, a branquitude é um lugar de vantagem estrutural beneficiado pela supremacia branca. Aqui no Brasil, autoras/es como Cida Bento (2002), Lia

¹ Pode ser lido em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sem-politica-de-inclusao-elite-das-forcas-armadas-nao-tem-diversidade-25009900>. Acesso em: jun. 2021.

² A matéria pode ser conferida em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/04/bolsonaro-e-empresarias-posam-sem-mascara-em-foto-do-almoco-de-mulheres.shtml>. Acesso em: jun. 2021.

³ A matéria pode ser lida em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/listas-de-bilionarios-mostram-que-dinheiro-muda-de-mao-devagar-no-pais.shtml>. Acesso em: jun. 2021.

Vainer Schucman (2012), Lourenço Cardoso (2008), Liv Sovik (2009), tecem críticas à branquitude brasileira, seguem problematizando os privilégios e a história "oculta" dessa população, como diz Bento (2014, p. 26): “A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro (...)”.

Considerações finais sobre a supremacia branca à brasileira

Essa lógica de supremacia branca à brasileira distingue-se de países como Estados Unidos e África do Sul exatamente pelo fato de que não precisa ser anunciada por leis discriminatórias e discursos explícitos de superioridade branca. Além disso, essa supremacia foi sistematicamente negada pela alegação de que o preconceito no país era algo ligado à classe; no entanto, contrapondo-se a essa lógica, os estudos que isolaram estatisticamente os fatores ligados à classe (HASENBALG, 1979) mostraram que há desigualdades sociais que permanecem e, portanto, só podem ser explicadas quando se introduz o par branco e não branco. Neste caso, não se trata de recolocar a raça em parâmetros biológicos, mas como construções sociais que funcionam como mecanismo de privilégios, demarcação e hierarquização de grupos.

Ainda, é possível dizer que a supremacia branca brasileira leva a população negra a uma situação de pobreza e mesmo de indigência que constitui, em si mesma, um mecanismo de hierarquização e conduz a formas de dependência e subordinação pessoal que, por si só alimentam o imaginário de “superioridade racial branca” e, portanto, ajudam ainda mais a dissimular o racismo do ponto de vista

das ações individuais. O mesmo argumento pode ser utilizado para explicar o caráter de classe da inação dos governos e das instituições com respeito às desigualdades raciais (GUIMARÃES, 1999).

Portanto, tanto a construção ideológica do mito da democracia racial, típico do Brasil, quando a ideia de mérito que se disseminou ainda mais a partir da década de 1980 com o neoliberalismo têm constantemente funcionado como retroalimentação para a legitimação da supremacia branca sem que esta precise ser afirmada como tal.

É cabível, neste fechamento do texto, retomar Almeida (2019, p.48), que afirma que a supremacia é “uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo o exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos”.

Podemos voltar à cena hipotética citada no início deste texto, na qual perguntaríamos aos/as professores/as da USP as causas pelas quais não haveria professores negros naquele ambiente. Entende-se, assim, que só haveria duas formas de responder àquela questão: ou os brancos se acreditam superiores – e, portanto, os negros seriam inferiores – ou a resposta apontaria para o racismo estrutural e as discriminações diárias para que aquele fosse o resultado. Quem nega que a maioria dos lugares de poder é ocupados por brancos devido às vantagens estruturais só pode estar de fato acreditando na superioridade branca e, portanto, usando a chave racista.

Nesse sentido, tanto a ideologia do mérito quanto o mito da democracia racial – o primeiro propagando a ideia de que as pessoas alcançam o poder por esforço e características individuais, e o

segundo propagando a ideia de que há oportunidades iguais – são os consensos ideológicos que sustentam a supremacia branca sem que esta seja vista como tal. Assim, indivíduos brancos conseguem reconhecer que negros estão em desvantagens no tocante ao exercício de direitos e, ao mesmo tempo, esses indivíduos não assumem que possuem vantagens inerentes ao seu status como pessoa branca, pois assumir este lugar de vantagem estrutural seria reconhecer que meritocracia não existe e que todas as suas conquistas foram realizadas graças à estrutura social racista.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

FILHO, A. P. C.; SOUSA, A. R. B.; SILVA, D. B.; BEZERRA, E. S.; SOUSA, I. S.; NUNES, M. C. N.; LEMOS, P. R.; FRAGOSO, S. S.; BARBOSA, V. S.; QUEIROZ, T. C. N.; BARBOSA, V. L. Acesso e permanência na universidade: uma questão de mérito? In: SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L.; SOUSA, A. I. (orgs.). **Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

BÉHAR, A. H. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 249-268, 2019.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 25-57.

BOARELLI, M. **Contro l'ideologia del merito**. Bari: Editori Laterza, 2019.

CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007). Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado e Doutorado Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2004 Disponível em: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/CHAUÍ_OOI.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Lisboa: Editora Ulisseia Ltda, 1965.

FRANKENBERG, R. **White Women, Race Matters: the social construction of whiteness**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

GILLBORN, D. Rethinking white supremacy: who counts in “WhiteWorld”. **Ethnicities**, v. 6, 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. A democracia racial revisitada. **Afro-Ásia**, v. 60, p. 9-44, 2019.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução: Patrick Burglin. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss: sinônimos e antônimos**. São Paulo: Publifolha, 2012.

LABORNE, A. A. P. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 78-90

LEONARDO, Z. The color of supremacy: beyond the discourse of ‘white privilege’. **Educational Philosophy and Theory**, v. 36, n. 2, 2004.

MAIA, S. A branquitude das classes médias: discurso moral e segregação social. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 91-104.

MCNAMEE, S.; MILLER-JR, R. t K. **The Meritocracy Myth**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

MENDES, M. T. O mito do mérito: ensaio sobre meritocracia e qualidade da educação. **Revista Perspectiva**, v. 36, n. 4, p. 1302-1320, 2018.

MIRANDA, J. H. de A. Branquitude invisível - pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia? *In*: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (orgs). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 46-59.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado) - Programa de

Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, M. Cotas raciais na sociedade brasileira e a ideologia da meritocracia. **Revista Diálogo Educacional**, n. 54, v. 17, p. 1207-1221, 2017.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2009.

VIANA, A. L. D.; SILVA, H. P. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 23, v. 7, p. 2107-2117, 2018

YOUNG, M. **The Rise of the Meritocracy 1870-2033: An essay on education and society**. London: Thames and Hudson, 1958.

Recebido em 2021-07-06
Publicado em 2022-02-01